



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Filipe Rodrigues Reinoite

MUTUALISMO: O COMBATE À
VULNERABILIDADE SOCIAL

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Economia, na especialidade de Economia Industrial orientada pela Professora Doutora Maria Rita Vieira Martins e pela Professora Doutora Patrícia Helena Ferreira Lopes Moura e Sá e apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2022

Mutualismo: o combate à Vulnerabilidade Social

Filipe Rodrigues Reinoite

Nº2017257415

Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Economia da Universidade
de Coimbra para a obtenção do Grau de Mestre em Economia

Orientadores: Professora Dr.^a Rita Martins e Professora Dr.^a Patrícia Moura e
Sá

2021/2022

Resumo

Este relatório está enquadrado no curso de Mestrado em Economia, promovido pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. A elaboração do mesmo foi resultado da realização de um estágio curricular ao longo de cerca de 560 horas na associação mutualista – A Previdência Portuguesa (APP).

O setor da Economia Social desempenha um papel importante para a sociedade, este satisfaz lacunas que os outros setores da economia (público e privado) apresentam, satisfazendo diversas necessidades sociais. Este setor integra um vasto conjunto de atividades/organizações, de onde destacamos as associações mutualistas. O mutualismo é um sistema privado de proteção social que visa o auxílio mútuo dos seus membros. A missão do mutualismo em Portugal passa por completar e colmatar as falhas e limitações dos sistemas públicos de proteção social e das respostas das entidades privadas com fins lucrativos e por desenvolver soluções adequadas às necessidades dos cidadãos. A proteção social dos seus associados é assim o principal foco das associações mutualistas.

A vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a condição de fragilidade dos indivíduos ou sociedades, provocada por diversas causas como o desemprego, a pobreza, a exclusão social ou a falta de poder de compra. O combate a estas causas deve ser levado a sério por parte das instituições públicas de segurança social, no entanto as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), instituições sem fins lucrativos, também podem desempenhar um papel importante nesta luta. É o caso das associações mutualistas e, em particular, da APP. A APP tem, através das suas valências, a possibilidade de atuar em diversas áreas carenciadas como é a saúde pública ou a educação, tendo assim a possibilidade de prever e/ou atenuar causas que podem levar a situações de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Mutualismo; Vulnerabilidade Social; Economia Social; Associações Mutualistas; Proteção social.

Abstract

This report is part of the master's degree in Economics, hosted by Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. The preparation of this report was the result of a curricular internship of approximately 560 hours at the mutual association - A Previdência Portuguesa (APP).

The Social Economy sector performs an important role for society, it satisfies gaps that the other sectors of the economy (public and private) have, satisfying diverse social needs. This sector includes a wide range of activities/organizations, from which we highlight the mutual associations. Mutualism is a private system of social protection that aims to provide mutual welfare to their members. The mission of mutualism in Portugal is to complement and fill in the gaps and limitations of public social protection systems and of the answers provided by private profit-making entities, and to develop solutions that meet people's needs. The social protection of their members is the focus of the mutual associations.

Social vulnerability is the concept that characterizes the weakness of individuals or societies, resulting from various causes such as unemployment, poverty, social exclusion, or lack of purchasing power. The combat to these causes must be taken seriously by the public social security institutions. However, the Private Institutions of Social Solidarity (IPSS), that are non-profit institutions, can also play an important role in this fight. This is the example of the mutual associations and especially APP. APP has, through its capacities, the possibility of acting in several deficient areas such as public health or education. APP has, therefore, the possibility of preventing and/or mitigating causes that may lead to situations of social vulnerability.

Keywords: Mutualism; Social Vulnerability; Social Economy; Mutual Associations; Social Protection.



Índice

1- Introdução	1
1.1- Motivação e relevância	1
1.2- Objetivos	1
1.3- Metodologia de abordagem	2
2- Contextualização sumária do setor da Economia Social e do mutualismo	4
3- Revisão de Literatura	9
3.1- Surgimento da Economia Social	9
3.2- Mutualismo	12
3.3- Vulnerabilidade Social	15
4- A Previdência Portuguesa (APP)	21
5- Estudo Empírico	25
5.1- Breve caracterização da atividade mutualista na Europa	25
5.2- Avaliação do potencial de vulnerabilidade da população portuguesa	28
5.3- A intervenção da APP sobre a Vulnerabilidade Social	32
6- Descrição do Estágio	35
7- Conclusão	37
8- Lista de referências bibliográficas fundamentais	39
9- Apêndice	42

1- Introdução

1.1- Motivação e relevância

Ao iniciar o estágio curricular na instituição A Previdência Portuguesa, uma associação mutualista sediada em Coimbra, deparei-me com um mercado até então desconhecido para mim. Daqui resulta a motivação para conseguir fazer um relatório de estágio interessante para a minha formação e que, simultaneamente, me permita abordar tópicos que poderão ajudar no desenvolvimento da instituição que acolhe o estágio. O tema a abordar é, pois, o mutualismo, um subsector do setor da Economia Social, que acaba por ser diferenciado da generalidade dos setores estudados durante a minha formação, devido à ligação do mutualismo com o apoio social, à complementaridade que este tem com as instituições públicas, e o facto das organizações deste setor terem finalidades não lucrativas.

Segundo Roseira (2017), as associações mutualistas constituíram o embrião do Estado Social organizado. Extremamente ligadas a movimentos sindicais que lutavam pela melhoria das condições de vida dos seus associados, as associações mutualistas empenharam-se no desenvolvimento dos benefícios previdenciais, como a proteção contra acidentes de trabalho, o apoio na doença, na velhice, em situações de morte, entre outros. Em Portugal, as associações mutualistas tiveram a sua fase mais impactante e expressiva durante as primeiras décadas do século XX. No entanto, a chegada do Estado Novo enfraqueceu o movimento mutualista, visto que a liberdade de associação e a gestão democrática, princípios que regem o mutualismo, foram postos em causa.

O mutualismo tem alicerces e fins muito próprios e definidos, muito apoiados na solidariedade e na responsabilidade, na prossecução do bem comum, correspondendo ao interesse dos seus associados.

1.2- Objetivos

A ideia principal deste relatório de estágio é, então, analisar a capacidade que o mutualismo apresenta para responder a fragilidades da população e o papel decisivo que pode desempenhar na prevenção de situações depauperantes resultantes de circunstâncias como o desemprego, a doença ou a morte.

Neste relatório irei analisar outras questões que surgem do desenvolvimento do estudo da ideia principal, e que se traduzem noutros objetivos. Primeiro, perante as diferenças que existem entre países europeus na definição de políticas de combate às fragilidades sociais, será interessante fazer uma comparação da atuação do mutualismo nestes mesmos países. Outro objetivo prende-se com o estudo do papel que o mutualismo tem perante a evolução ou o surgimento de situações de vulnerabilidade social e em concreto o seu papel para atender a situações deste tipo surgidas ou acentuadas com a pandemia. A pandemia veio reforçar muito a importância do Estado Social (muito ligado ao Serviço Nacional de Saúde, mas não só) e, como tal, apresenta-se como um fator decisivo para enfrentar a situação de saúde pública termos um mutualismo forte, um mutualismo com capacidade de resposta para alguns dos problemas que vivemos e dos que ainda poderão surgir.

A Previdência Portuguesa, associação mutualista onde se realiza o estágio, será o principal exemplo apresentado. Sendo assim este relatório também pretende contribuir para o desenvolvimento desta associação.

1.3- Metodologia de abordagem

A vulnerabilidade social está relacionada com diversas causas como a desigualdade e a exclusão social. É importante, então, perceber em concreto quais as áreas que são abrangidas pela ação das associações mutualistas. Outro ponto a ter em atenção é a evolução de diferentes dimensões da vulnerabilidade ao longo do tempo, tal como a evolução de causas de vulnerabilidade cuja prevenção pode estar na esfera de atividade do mutualismo.

Desenvolverei a articulação do mutualismo com outros sistemas de apoio existentes e como esta complementaridade se traduz em benefícios sociais e económicos, para ambas as partes desta relação, as associações e os associados. Em específico, estudarei a complementaridade do mutualismo com o serviço de Segurança Social e a sua evolução atual em Portugal.

Em relação ao papel que o mutualismo desempenha na Europa, para além da revisão da literatura adequada, é necessária a utilização de dados sobre este mercado para entender o peso do mutualismo em cada economia. Comparar-se-á o caso português com o de outros países onde a atuação do mutualismo acaba por ser distinta devido às áreas de atuação definidas. Em concreto, dar-se-á atenção à comparação da dimensão do mutualismo em Portugal face à que se verifica em França, visto que é um país onde a atuação do mutualismo é idêntica ao caso português.

Para entender o peso que as associações mutualistas têm na economia nacional é necessário estudar este mercado tendo em conta o desempenho dos seus agentes. A Previdência Portuguesa é o caso em estudo, e a partir do mesmo será perceptível a atuação das associações mutualistas em diferentes áreas de carência.

Em relação à estrutura do presente relatório de estágio, após uma introdução onde foram apresentados a motivação e relevância do tema, os objetivos e o contributo pretendido com o relatório, bem como a metodologia de abordagem aos temas que serão estudados, será elaborada uma contextualização sobre o setor da Economia Social. Com esta contextualização obteremos uma panorâmica deste setor e veremos quais os principais intervenientes no mesmo. Para além disto ficaremos a conhecer a CASES e o contributo que esta cooperativa tem na divulgação deste setor. Estatísticas sobre o setor da Economia Social e sobre o Mutualismo também serão apresentados nesta secção. A revisão da literatura também será uma secção importante no relatório e consiste na apresentação e contextualização dos temas que serão estudados durante todo o relatório com referência a diversas obras que abordam os mesmos assuntos. Aqui se incluem o surgimento da Economia Social, o Mutualismo e o estudo e identificação das vulnerabilidades sociais. Depois disto será apresentada A Previdência Portuguesa (APP), instituição que recebeu o estágio curricular, descrevendo a sua missão e as suas atividades e modelo de atuação. Por fim, será apresentado o estudo empírico, com destaque para a caracterização sumária da atividade mutualista na Europa e a comparação do caso português com a atuação do mutualismo noutros países europeus; a avaliação do potencial de vulnerabilidade da população portuguesa, e sempre que possível, dando ênfase à evolução destas causas em Coimbra, principal região de atuação da APP; e a intervenção da APP sobre a vulnerabilidade social. Este relatório não ficará concluído sem uma breve descrição das tarefas realizadas durante o estágio e de toda a aprendizagem daí decorrente. Por fim, apresentam-se as conclusões.

2- Contextualização sumária do setor da Economia Social e do mutualismo

A Economia Social é um setor constitucionalmente reconhecido. Visto que não se enquadra nem no setor público nem no setor privado, este setor de atividade autónomo é muitas vezes denominado de “terceiro setor”. No entanto, apesar de ser reconhecido por muitos como tal, o setor da Economia Social acaba por não representar exatamente a definição de “terceiro setor”. Existem diversos relatórios económicos que acabam por estudar as diferenças que existem entre estes conceitos, e até face a outros, como é o exemplo de “Economia Solidária”. Com isto percebemos que apesar da ligação muitas vezes feita, estes conceitos têm definições, abrangências e “Histórias” diferentes. Por isto, irei apenas referir-me ao setor em estudo como setor da Economia Social.

A Economia Social caracteriza-se como sendo um conjunto de atividades económico-sociais que têm como principal finalidade contribuir para o interesse geral da sociedade, oferecendo bens e/ou serviços que correspondam a necessidades sentidas pelos indivíduos a que se destinam. Segundo Monzon & Chaves (2012)¹, define-se Economia Social como o:

“(…) conjunto de empresas privada, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento e onde o processo de tomada de decisão e a distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotizações de cada um, correspondendo a cada membro um voto (…)”

O setor da Economia Social caracteriza-se por uma forte diversidade, apresentando vantagens que nenhum dos outros setores (público e privado) apresentam. Segundo o conceito de Economia Social proposto pelo Observatório da Economia Social em Portugal (OBESP)², este setor tem a capacidade de detetar novas necessidades e criar novos empregos, consegue mobilizar e movimentar forças criando as mais diversas e numerosas redes e prende-se com a capacidade de utilizar corretamente os recursos que provêm da redistribuição. Recorrendo a estas e outras vantagens, este setor tem contribuído para a

¹ Com o relatório “The Social Economy in the European Union” desenvolvido em conjunto com o European Economic and Social Committee.

² Divulgado pela CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social)

coesão social, combatendo o desemprego, a instabilidade laboral, bem como a exclusão social entre os grupos mais vulneráveis, através do desenvolvimento de diversas atividades.

A Economia Social integra assim um vasto conjunto de atividades/organizações, que possuem personalidade jurídica diversa e são democraticamente organizadas, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros, produzindo bens e/ou serviços sem finalidade lucrativa. O setor da Economia Social é constituído por Associações com fins altruísticos, Associações Mutualistas, Cooperativas, Fundações, Misericórdias e outras entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário.

Associações com fins altruísticos são associações com número ilimitado de associados que atuam no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local. Centros de Cultura e de Desporto, Casas do Povo e Associações de Desenvolvimento Local são exemplos deste tipo de associações.

As Associações Mutualistas atuam num sistema privado de proteção social que visa o auxílio mútuo dos seus associados. Através de valores como a solidariedade e a liberdade, estas associações sem fins lucrativos complementam e colmatam as falhas e limitações dos sistemas públicos de proteção social e empenham-se no desenvolvimento de novas soluções adequadas às necessidades dos cidadãos e das famílias, promovendo a inclusão social.

As Cooperativas podem atuar em diversos ramos. Tanto nos ramos Agrícolas, Pescas e Produção Operária, como nos ramos da Cultura, Ensino, Habitação, Serviços e Solidariedade Social e até nos ramos do Crédito e Comercialização, as Cooperativas são associações autónomas de pessoas que se unem para satisfazer aspirações e necessidades económicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida.

Fundações são pessoas coletivas criadas por iniciativa de uma ou mais pessoas jurídicas que têm como principal objetivo gerir, sem fins lucrativos, um património com valor não inferior a 250 mil euros.

Misericórdias são instituições que se regem não só pelo direito civil, como pelo direito canónico, visto que as suas identidades estão intimamente ligadas á igreja católica. Apesar do importante serviço na área do Património, o apoio prestado pelas misericórdias assenta essencialmente em respostas sociais para crianças, idosos e pessoas portadoras de

deficiência. Assim estas instituições desenvolvem as suas respostas principalmente na área da saúde, contando com diversos hospitais, clínicas e cuidados continuados.

Muitas das instituições que atuam no setor da Economia Social, como é o caso das Associações Mutualistas, têm estatuto de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). É com este estatuto, descrito no Decreto-Lei nº 172-A/2014 (Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social), que estas instituições se encontram registadas na Segurança Social, isto permite que tenham uma legislação exclusiva caracterizada por diversos direitos, deveres e sanções que devem estar presentes no dia a dia destas instituições. Segundo a própria Segurança Social, IPSS:

“São instituições constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos: Apoio a crianças e jovens; Apoio à família; Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; Educação e formação profissional dos cidadãos; Resolução dos problemas habitacionais das populações.”

Como podemos perceber com esta contextualização, o setor da Economia Social é essencial para o desenvolvimento económico e social do país. Por isto, todas as instituições referidas devem procurar promover o fortalecimento do setor da Economia Social, exemplo disso é a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) que faz deste o seu principal objetivo.

A CASES é uma cooperativa de interesse público criada em 2009 a partir de uma parceria entre o Estado e as organizações representativas do setor da Economia Social, substituindo, em parte, o papel antes atribuído ao Instituto António Sérgio. A CASES tem assim a ambição de tornar a Economia Social um setor coeso e reconhecido pela sociedade, dinamizar parcerias entre o poder público e as organizações de economia social e estimular a

intercooperação entre as organizações que atuam neste setor, promovendo a inovação social³.

Uma das alçadas da CASES é a elaboração, publicação e atualização de uma base de dados sobre as entidades da economia social. A Conta Satélite da Economia Social (CSES) é publicada regularmente, normalmente de 3 em 3 anos, em parceria com o Instituto Nacional de Estatística (INE) e disponibiliza informação estatística atualizada sobre o setor da Economia Social e as organizações que nele atuam. Existem edições da CSES relativas a 2010 e 2013, sendo que a última edição foi lançada em 2019 e é relativa a 2016.

Através da CSES é perceptível o peso que o setor da Economia Social tem na economia nacional. Em 2016, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) deste setor representou 3% do VAB da economia nacional e, em termos nominais, este valor aumentou cerca de 14,6% em relação a 2013. Ao acrescentarmos que no mesmo período de tempo o crescimento no conjunto da economia foi de cerca de 8,3%, reforçamos a ideia de que o peso do setor da Economia Social na economia nacional tem vindo a ser reforçado. Em relação ao emprego, em 2016 o setor da Economia Social gerava 236 288 postos de trabalho, o que corresponde a 5,3% do emprego total da economia e representava igualmente 5,3% do valor das remunerações totais. A Economia Social representou 6,1% do emprego remunerado.

Grupos de entidades	Unidades	Emprego Remunerado	VAB	Remunerações	VAB / ETC	Remunerações Médias
	N.º	ETC	10 ³ Euros	10 ³ Euros	10 ³ Euros por ETC remunerado	
Cooperativas	2 343	24 402	604 241	572 240	24,8	23,5
Associações mutualistas	97	4 842	387 971	212 094	80,1	43,8
Misericórdias	387	39 445	596 630	555 267	15,1	14,1
Fundações	619	14 113	332 321	304 296	23,5	21,6
Subsetores comunitário e autogestionário (SCA)	1 678	305	1 174	3 795	3,9	12,4
Associações com fins altruísticos (ACFA)	66 761	151 779	2 896 871	2 673 894	19,1	17,6
Economia Social	71 885	234 886	4 819 210	4 321 587	20,5	18,4
Total da Economia	-	3 839 523	162 226 133	81 854 147	42,3	21,3
Economia Social / Economia Nacional	-	6,1%	3,0%	5,3%	48,6%	86,3%

Quadro 1: Distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades (2016). Fonte: CSES 2016

³ Site CASES: <https://www.cases.pt>

Setor institucional	Unidades	Produção	VAB da Economia Social	VAB da Economia Nacional	VAB da Economia Social no VAB da Economia nacional
	N.º	10 ⁴ Euros	10 ⁴ Euros	10 ⁴ Euros	%
Sociedades não financeiras (S.11) + Famílias (S.14)	6 190	2 036	741	124 444	0,6
Sociedades financeiras (S.12)	128	983	620	8 218	7,5
Administrações públicas (S.13)	18	17	10	26 116	0,0
Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15)	65 549	5 842	3 448	3 448	100,0
Economia Social	71 885	8 878	4 819	-	3,0
Economia Nacional	-	325 639	162 226	162 226	100,0
Economia Social / Economia Nacional	-	2,7%	3,0%	-	3,0

Quadro 2: Distribuição dos principais indicadores por setor institucional (2016). Fonte: CSES 2016

Segundo a CSES existiam, em 2016, 71 885 entidades que atuavam no setor da economia Social. Como é perceptível nos quadros apresentados (Quadro 1 e 2), estas entidades dividiam-se pelos diferentes tipos de instituições referidas anteriormente. De destacar que cerca de 92% destas entidades são Associações com fins altruísticos e que 91,2% do total de unidades deste universo pertencem ao setor institucional “Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias”, sendo que 8,6% são “Sociedade não financeiras e Famílias”. Outro ponto importante prende-se com a divisão destas entidades pelas áreas de atividade, em 2016 as organizações da cultura, comunicação e atividades de recreio representavam quase 47% do total das entidades, mas representaram apenas 5% do total do emprego remunerado e do VAB da Economia Social. Enquanto as organizações que atuavam nas atividades da Saúde e dos Serviços Sociais, apesar de representarem 3,3% e 9,7% do total de entidade, foram responsáveis por 24,6% e 24,3% do VAB do setor da Economia Social e por 32,1% e 29,8% do emprego remunerado da Economia Social, respetivamente. Isto mostra que a Saúde e os Serviços Sociais são as áreas de atividade mais importantes no setor da Economia Social.

Como vimos anteriormente, as Associação Mutualistas fazem parte destas entidades que atuam no setor da Economia Social. Sendo o Mutualismo o tema deste relatório é importante, nesta contextualização, começar a direcionar as nossas atenções para a estatística e as principais informações que nos são dadas pela CSES acerca das Associações Mutualistas.



	2013	2016
Número de Associações Mutualistas (N.º)	111	97
VAB (10 ⁶ euros)	352,2	388,0
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	216,4	212,1
Emprego remunerado - ETC (N.º)	4 896	4 842
Capacidade líquida (+) / Necessidade líquida (-) de financiamento (10 ⁶ euros)	50,8	-124,0

Quadro 3: Evolução dos principais indicadores – Associações Mutualistas. Fonte: CSES 2016

Como podemos verificar no Quadro 3, do total das entidades que atuam no setor da Economia Social, 97 são Associações Mutualistas, destas 71,1% atuavam na área dos Serviços Sociais e 19,6% desenvolviam atividades Financeiras e de Seguros. No entanto são as atividades Financeiras e de Seguros que representam a maior parte do VAB produzido pelas Associações Mutualistas (90,2%) e concentram 74,6% do total do emprego remunerado deste grupo, sendo que, em 2016, estas associações garantiam 4 842 empregos remunerados. Apesar das Associações Mutualistas apenas representarem 8,1% do VAB do setor da Economia Social, este grupo é o único deste setor cujo VAB por emprego remunerado é superior ao da Economia Nacional. Para além disto, as Associações Mutualistas constituíam o grupo da Economia Social com a remuneração média mais elevada. Por outro lado, em 2016, estas associações registaram uma necessidade líquida de financiamento de 124 milhões de euros.

3- Revisão de Literatura

3.1- Surgimento da Economia Social

Todos os movimentos têm a sua história e nenhum pode ser estudado sem que a mesma seja conhecida. Para iniciarmos o estudo do Mutualismo precisamos de entender como este surgiu e, para tal, é importante perceber o nascimento da Economia Social. Segundo Garrido (2016), a Economia Social é uma ideia em movimento, “uma utopia construtiva levantada contra os excessos do capital e em defesa do trabalho como valor social”.

A Economia Social acaba por surgir como resposta às necessidades que, geralmente, não são satisfeitas por nenhum dos outros setores, o setor público e o setor privado. Como foi identificado anteriormente, o setor da Economia Social apresenta várias vantagens em

relação aos outros dois setores e acaba por se distinguir destes a partir de alguns princípios orientadores. Isto é perceptível no artigo 5º da Lei 68/XII “Lei de Bases da Economia Social”:

“As entidades da Economia Social são autónomas, emanam da Sociedade Civil e distinguem-se do setor público e do setor privado, atuando com base nos seguintes princípios orientadores: a) O primado do indivíduo e dos objetivos sociais; b) O livre acesso e a participação voluntária; c) O controlo democrático pelos seus membros; d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral; e) A defesa e o compromisso com os princípios da solidariedade, igualdade e não discriminação, coesão social, equidade, responsabilidade partilhada e subsidiariedade ; f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas; g) O reinvestimento final dos excedentes obtidos na prossecução das suas atividades, sem prejuízo da garantia da autossustentabilidade necessária à prestação de serviços de qualidade, cada vez mais eficazes e eficientes, numa lógica de desenvolvimento e crescimento sustentável.”

A Economia Social surgiu em França e Inglaterra nas décadas de 20 e 30 do século XIX como combate à economia política liberal, estabelecendo assim alianças com o socialismo. Apresentando-se como alternativa ao capitalismo que define a economia enquanto “ciência da produção de riqueza”, esses movimentos caracterizavam-se pela democracia, empreendedorismo e voluntariado.

Tendo em conta o que é relatado por Monzon & Chaves (2012), a Economia Social está historicamente ligada a associações e cooperativas populares que surgiram como resposta a diversas fragilidades sociais que foram surgindo e evoluindo devido às novas condições de vida criadas pelo desenvolvimento económico apresentado nos séculos XVIII e XIX. É neste contexto de crescimento económico acelerado, com o surgimento de fábricas e a migração das populações rurais para as cidades que surgem novos problemas. A vulnerabilidade social atingia principalmente os grupos sociais mais frágeis, onde se incluem os trabalhadores. Daí as organizações de autoajuda surgirem de movimentos levados a cabo pelos grupos mais desfavorecidos das sociedades. Estes movimentos foram crescendo, mas foi com a revolução industrial e com o respetivo desenvolvimento das cidades e das sociedades no início do século XIX que estes se estabeleceram. Associações, cooperativas e sociedades mutualistas, sem esquecer as instituições de caridade, davam o impulso necessário para o

desenvolvimento do olhar social da economia. A emancipação da classe trabalhadora era o objetivo a seguir.

Por toda a Europa e em especial nos países pioneiros e difusores das ideologias sociais da economia, este novo pensamento entrosava-se com a política. Quaisquer que fossem as frentes políticas, fossem elas capitalistas ou liberais, republicanas ou democráticas, todas tinham na sua agenda os novos ideais sociais. Por todo o lado surgia o diálogo sobre a economia social. Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Itália e Espanha foram os países onde se registaram as primeiras pegadas da Economia Social. Segundo Monzon & Chaves (2012), foi em Inglaterra que surgiu a primeira lei do mundo para regular o fenómeno das cooperativas, datada de 1852, sendo consequência dos estudos realizados por Stuart Mill, que na sua obra *Principles of Political Economy* (ou *Princípios da Economia Política*) examinou ao detalhe as vantagens e desvantagens das associações de trabalhadores, caracterizando-as como economicamente e socialmente benéficas. Podemos assim considerar que foi em Inglaterra que a Economia Social começou a desabrochar, devido principalmente ao facto de Inglaterra ter sido o berço da Revolução Industrial. No entanto, nos países identificados foram surgindo as associações, as cooperativas e as sociedades mutualistas, como é o caso da *Asociación de Tejedores* ou Associação dos Tecelões fundada em Espanha em 1840 e da *Società operaia di Torino* ou Sociedade Operária de Torino fundada em Itália em 1853.

Segundo Garrido (2016), a descontinuidade acaba por ser uma característica presente na história da Economia Social. Depois do fulgor que existiu aquando do surgimento das novas ideologias, caracterizado por um longo período de desenvolvimento e de inovação no seio da Economia Social e com uma forte interação política, surgiram diversos pontos históricos que romperam com este ciclo. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a ascensão revolucionária do Socialismo em 1917 são exemplos desses pontos históricos onde as organizações operárias acabaram por perder força. Depois disto, foram-se implantando os regimes fascistas um pouco por toda a Europa, incluindo Portugal, que trouxeram um cunho anti associativo. Segundo Garrido (2016:25), “Assistencialista e reacionária, a política social do Estado Novo corporativo foi hostil ao associativismo mutualista e ao sindicalismo de classe, declarando-se inimiga do cooperativismo”. Mostrando assim que, em Portugal, o Estado Novo foi não só contra o mutualismo, mas, em geral, contra o cooperativismo.

3.2- Mutualismo

Depois de uma breve caracterização e contextualização histórica da Economia Social, que nos permitiu perceber como surgiu e como foi evoluindo ao longo das décadas, estamos orientados para desenvolver o tema do Mutualismo. Podemos considerar que enquanto a Economia Social é o setor, o Mutualismo é uma parte desse setor.

Apesar de pouco analisada, a História do Mutualismo é muito rica. As ideias base do mutualismo foram surgindo durante a Idade Média, com a organização de grupos com o objetivo de assumirem uma responsabilidade coletiva, dividindo assim os riscos dos seus membros e repartindo as despesas que satisfaziam as suas necessidades enquanto coletivo. Ou seja, as ideias base do mutualismo surgiram com a necessidade das populações se protegerem perante certas adversidades. O melhor exemplo para mostrar a antiguidade destas ideologias são as guildas. Pereira e Henriques (2021)⁴ explicam o conceito de guildas, referindo que:

“os estudos apontam para associações caracterizadas por relações horizontais entre indivíduos com proximidade geográfica e estatutos semelhantes que, comprometidos por um juramento, tinham como principais objetivos a proteção mútua, a gestão de litígios e o assegurar de rituais funerários”.

Estas associações não tiveram uma influência direta no surgimento das organizações de comerciantes ou artesãos, até porque não se focaram nas questões económicas, mas apenas na proteção social. Mas acabaram por deixar instrumentos que contribuíram para a construção da solidariedade de grupo. Sendo assim pioneiras na sociabilidade que permitiu o encontro entre o indivíduo e um coletivo, caracterizado por um entrosamento entre o convívio, a devoção religiosa e a proteção mútua, que continuaram a marcar as guildas, confrarias e outras associações comunitárias que foram surgindo nos tempos posteriores.

Segundo a União das Mutualidades Portuguesas, o primeiro passo do mutualismo em Portugal foi dado aquando da fundação da primeira confraria laica em Beja, remetendo-nos para 1297. Assim, também em Portugal, o início do mutualismo foi registado na Idade Média com o aparecimento das confrarias gerais, dos grémios e das guildas que explicámos

⁴ No livro titulado “Origens do Mutualismo em Portugal”

anteriormente. A evolução destas associações, que foram a base do mutualismo, foi sendo interrompida por diversos acontecimentos ao longo dos séculos. No século XVIII, por questões políticas, os liberais acabaram por limitar a ação destas associações, obrigando-as a transformar-se em Montepios que, por iniciativa do Estado, protegiam os funcionários e suas famílias com pensões de viuvez e orfandade, de velhice e invalidez. O primeiro de que há registo foi criado por iniciativa régia em 1790. Também sob a tutela estatal surgem posteriormente o Montepio da Companhia da Porta do Terreiro da Cidade de Lisboa em 1803, o Montepio das Secretarias de Estado em 1835 e o Montepio da Alfândega das Sete Cidades em 1836. Já no século XIX a maioria destas organizações desapareceu. Mas, como vimos anteriormente, os movimentos mutualistas desenvolveram-se principalmente durante a Revolução Industrial, tornando-se uma peça importante para o bem-estar social, visto que os operários não tinham acesso a uma proteção social capaz de combater os grandes riscos inerentes às suas profissões, surgindo assim num novo tipo de associação, denominada de socorros mútuos, montepio ou mutualidade que perduraram até aos dias de hoje.

Atualmente a definição mais concreta de Mutualismo é nos dada pela União das Mutualidades Portuguesas, uma associação mutualista que congrega as associações mutualistas nacionais, com o objetivo de as promover e de as representar junto das entidades públicas, privadas e sociais:

“O Mutualismo é um sistema privado de proteção social que visa o auxílio mútuo dos seus membros. É uma forma de organização económica em que os associados são parte ativa na definição da sua autoproteção social, assente numa solidariedade responsável, pois ao juntarem-se a outros para “mutualizarem” os riscos que afetam a estabilidade dos seus rendimentos, repartindo os custos de forma equitativa e participando na organização de regimes complementares e previdência, beneficiam do efeito de dimensão e de solidariedade.”

A União das Mutualidades Portuguesas define a solidariedade, a igualdade, a proteção, a cidadania, a inclusão social, a inovação e renovação e a transparência como os valores do mutualismo.

O Mutualismo foi estimulando o lado social da economia. Em diversos países, as políticas de segurança social, saúde e educação nunca teriam sido discutidas e implementadas sem o impulso das tais organizações associativas que lutavam para beneficiar grupos sociais

particulares. Como refere Garrido (2016:26), “vários historiadores e sociólogos franceses costumam sublinhar que a *Sécurité Sociale* dificilmente teria nascido sem que o movimento mutualista lhe tivesse franqueado o caminho⁵”.

A verdade é que tanto o tema do Mutualismo como da Economia Social não é muito divulgado nos dias de hoje. Isto acaba por ser consequência da pouca contextualização histórica que existe.

Atualmente o Mutualismo acaba por atuar de diferentes formas, tendo em conta o país que estudamos. Analisando o contexto europeu, na maioria dos países, as mutualidades são autorizadas a operar exclusivamente em mercados de seguros, como é o caso da Alemanha, Polónia e da Dinamarca. Em outros países, é feita uma distinção entre mutualidades que operam nos seguros e sociedades de benefício mútuo que prestam serviços sociais e atividades relacionadas com os cuidados de saúde, como acontece em Portugal, Espanha, França e Bélgica. Numa minoria de países, o quadro de atividades legais das mutualidades é suficientemente amplo para incluir uma variedade de outras atividades, como é o caso do Reino Unido, a Croácia ou a Suíça. Finalmente, existe um número limitado de países onde o mutualismo acaba por não ser reconhecido, como na República Checa, Estónia ou Lituânia.⁶

Segundo dados apresentados pela PANTEIA (2012), o Mutualismo representou cerca de 16% do mercado de seguros europeu, foi responsável por cerca de 180 mil milhões de euros em prémios/comissões e geriu cerca de 1 160 mil milhões de euros em ativos. Para além disto, em 2012 o mutualismo garantia mais de 200 mil postos de trabalho e os seus serviços estendiam-se a cerca de 230 milhões de cidadãos europeus. Este peso do Mutualismo na Europa acaba por ser distribuído de diferentes formas por diferentes países. Tendo em conta a organização do sistema de proteção social de cada país, o mutualismo pode ter maior ou menor importância nas economias europeias.

⁵ Ideia defendida por Philippe Frémeaux

⁶ Com base no artigo “Mutuals in Europe: Who They are, What they do and Why they matter”, Lieve Lowet, ICODA European Affairs.

3.3- Vulnerabilidade Social

O conceito de vulnerabilidade social é multidimensional, ou sejam, está relacionado com diversas áreas das Ciências Naturais e Exatas (por exemplo, Biologia e Ecologia) e, em particular, das Ciências da Saúde (Medicina, Epidemiologia) e das Ciências Sociais e Humanas (Economia, Sociologia, Política, Psicologia) e até áreas de estudos mais recentes como o ambiente ou a tecnologia.

Segundo Silva (2008) a Economia Social permite-nos ir ao encontro dos problemas com que a economia capitalista contemporânea se depara, como o desemprego, as desigualdades sociais e a ineficácia do mercado em satisfazer vários segmentos da população. Além disso, pode auxiliar a fazer face a debilidades existentes ao nível dos sistemas de segurança social, às dificuldades que o Estado pode enfrentar num contexto de globalização económica e a fenómenos demográficos, como os problemas provocados pelo envelhecimento da população, baixa natalidade e fluxos migratórios em larga escala. Esta ideia foi indicada por Oliveira (2012) na sua dissertação sobre Economia Social com o objetivo de apresentar as fragilidades sociais que podem ser combatidas por uma Economia Social forte.

Nesse mesmo trabalho, Oliveira (2012) enumera várias causas de vulnerabilidade social: desemprego, desigualdades sociais, ineficácia da segurança social e de certas ações do Estado e fenómenos demográficos (como o envelhecimento da população, a baixa natalidade e os fluxos migratórios).

Desta forma, fica claro que a Economia Social tem como objetivo principal o combate à vulnerabilidade social, tal como defendem diversos autores que abordam este tema.

Diversos autores, como Warner (2007) ou Schumann (2014), defendem que a vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que, por vezes, acaba por ser pouco perceptível para a generalidade das pessoas. Vulnerabilidade social traduz as fragilidades com que a sociedade ou grupos sociais se deparam. Conceitos como pobreza, exclusão social e discriminação são parte deste fenómeno.

Segundo Righetto, et al. (2018) existem diversas características que definem o conceito de vulnerabilidade social de diferentes formas. Entre elas estão o estado vulnerável de um indivíduo, no que se refere à aptidão de controlar as forças que influenciam o seu bem-estar; o facto de algo ou alguém ser fisicamente exposto a um perigo; as situações de desigualdade

e de exclusão social (pobreza, idade, sexo ou classe social); a condição situacional das pessoas a partir da inserção no mundo do trabalho, da debilidade das suas relações sociais e do acesso a serviços públicos. A dificuldade de acesso a bens e serviços é uma das condições mais referida no estudo da vulnerabilidade social, sendo que as sociedades vulneráveis são as que enfrentam maiores custos para aceder e processar informação sobre os serviços que utilizam, muitas vezes justificados pelo baixo rendimento e pela reduzida formação (Jilke, 2015). Posto isto, é perceptível que a vulnerabilidade social resulta das fragilidades individuais de cada um, das fragilidades do indivíduo enquanto membro da sociedade ou de um grupo social específico.

Warner, et al. (2007)⁷ abordam as diversas perspetivas da vulnerabilidade social. Estes autores definem vulnerabilidade social como a incapacidade que as pessoas, organizações ou sociedades apresentam para suportar os impactos adversos de múltiplos fatores a que os indivíduos estão expostos, impactos esses que se devem, em parte, a características inerentes às interações sociais e aos sistemas de valores sociais. A preocupação política nem sempre se prendeu com o combate às fragilidades da sociedade, no entanto com o passar dos séculos e com o surgimento de movimentos coletivos ligados ao socialismo e à defesa do bem-estar dos indivíduos, a política começou a focar-se nesses pontos. A vulnerabilidade social foi emergindo como uma área de investigação relevante para o sistema político, também devido ao alargamento económico e ao aumento das disparidades sociais, não só entre classes dentro do próprio país, mas tendo em conta as diferenças existentes entre os países mais e menos desenvolvidos.

⁷ WARNER, K. Perspectives on Social Vulnerability.



Figura 1: Mapa de critérios de Vulnerabilidade. Retirado de Sigorro (2018:17)

A figura 1 dá-nos a ideia da multidimensionalidade do conceito de vulnerabilidade, apresentando riscos económicos, sociais, ambientais e governamentais e certas variáveis que contribuem para os mesmos. Ao longo deste relatório será essencialmente referida a vulnerabilidade social, visto que o mutualismo pode atenuar ou prever muitas das causas que levam a este tipo de vulnerabilidade. No entanto também serão referidos alguns aspetos quer sobre os riscos económicos de vulnerabilidade, visto que alguns estão relacionados com as causas de vulnerabilidade social, quer sobre os riscos ambientais, onde todos podem fazer a diferença, incluindo as associações mutualistas.

A vulnerabilidade social é definida pela relação entre o indivíduo ou sociedade (ou grupo social) com o contexto social existente. Assim podemos explicar que a vulnerabilidade social pode ser influenciada por fatores temporários, varia de acordo com o tempo e o espaço em consideração (Financial Conduct Authority, 2015). Por exemplo, existem regiões onde a vulnerabilidade social se prende principalmente com problemas económicos e sociais, como acontece nalgumas regiões em Portugal, e existem territórios em que estas fragilidades estão relacionadas com problemas ambientais (naturais), como é o exemplo da ilha das Canárias (erupção do vulcão), isto tendo em conta o contexto atual.

Por outro lado, a vulnerabilidade social varia também com o tempo. Por exemplo, na época da Revolução Industrial as fragilidades sociais prendiam-se com a falta de condições no

trabalho e nas habitações. O contexto social acaba assim por definir a vulnerabilidade social existente.

A partir da década de 1970, as questões ambientais começaram a fazer parte das discussões e decisões políticas, assim o conceito de vulnerabilidade social começou a ser estudado por ecologistas e cientistas sociais. Os aspetos ambientais, isto é, causas ambientais que podem levar a situações de vulnerabilidade como é o exemplo de incêndios, secas, cheias, temperaturas extremas ou poluição acabam por afetar os indivíduos e as sociedades, repercutindo-se assim em vulnerabilidade social. Exemplo disto é a escassez de água que em muitas situações é provocada por as causas referidas e que tem implicações nas sociedades, visto ser um bem essencial à sobrevivência humana.

Em relação às principais preocupações, oportunidades e desafios inerentes ao conceito de vulnerabilidade social, também Warner et al. (2007) refere preocupações como a escassez de água, o ambiente, a desigualdade de género e a violência e desafios e oportunidades ligados a estes assuntos. Mais uma vez esta abrangência de temas prova o quão global é o conceito que estamos a abordar.

Outra questão que acaba por ser pertinente, e cuja resposta nos permite conhecer um pouco mais o tema em análise, é: “quando é que o conceito de vulnerabilidade social é mais visível?” Imediatamente após situações de calamidade, considerando desastres naturais, conflitos políticos e sociais ou choques económicos, a vulnerabilidade social é mais evidente. No entanto, a vulnerabilidade social pode ser uma condição pré-existente que afeta a capacidade de um indivíduo ou sociedade de se preparar e recuperar de um problema, os choques apenas vão introduzindo novas vulnerabilidades ou agravando as pré-existentes. Em suma, a vulnerabilidade social é uma condição inerente ao ser humano e às sociedades no seu todo, mas deve ser combatida e mitigada.

A vulnerabilidade social é mais visível após situações de calamidade. Um estudo económico realizado por Glewwe & Hall (1998:183), que inclui um estudo de caso do Peru, aborda a vulnerabilidade de grupos sociais, nas suas várias dimensões (social, económica, ambiental...), perante choques macroeconómicos, onde distingue dois tipos de vulnerabilidade:

“uma [vulnerabilidade] relativa a mudanças específicas nos programas do governo e outra, uma vulnerabilidade mais ampla, relativa a mudanças de condições

socioeconómicas, incluindo a incapacidade de se adaptar a tais mudanças. Chamamos à primeira vulnerabilidade político-induzida, e à segunda vulnerabilidade induzida pelo mercado ou “robusta”⁸.

Exemplificando, a vulnerabilidade político-induzida acaba por variar muito de país para país, visto que é o reflexo das decisões governamentais. Já em relação à vulnerabilidade “robusta”, os autores apresentam o caso dos indivíduos mais velhos que após uma crise económica podem ver os seus rendimentos diminuírem mais do que a média, visto que tendem a ter conhecimentos mais desatualizados e são menos propícios à aprendizagem e à inovação.

Outro ponto relevante prende-se com estudos realizados no início deste século, que caracterizaram as sociedades atuais de sociedades mais propensas ao risco social. Uma investigação levada a cabo por Beck & Giddens (2000)⁹ revela que a sociedade atual é diferente da sociedade de classes que fomos habituados a estudar até então, e define esta tal “sociedade de risco” como “uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, económicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições de monitorização e proteção da sociedade industrial” (Beck, 2000, p. 5)¹⁰.

Podemos concluir assim, perante as várias investigações e estudos realizados no âmbito desta temática, que a vulnerabilidade social acaba por ser mais visível após as crises. Tendo em conta o objetivo deste relatório, faz sentido verificar se o mutualismo tem capacidade de complementar as ajudas do Estado também em situações economicamente preocupantes, como é o caso das recentes crises financeiras que afetaram Portugal e a atual crise pandémica que acabou por exigir muito da capacidade de ação das organizações estatais, nomeadamente da Segurança Social e do Sistema Nacional de Saúde.

Após um estudo geral do conceito de vulnerabilidade social que nos permitiu essencialmente conhecer a sua definição e perceber a sua multidimensionalidade, é importante desagregar este conceito de modo a apresentar e desenvolver o contexto mais adequado para o presente

⁸ Traduzido de “(...) one concerning specific changes in government programs and another, more general vulnerability to changes in socio-economic conditions, including inability to adapt to such changes. We call the first policy-induced vulnerability, and the second market-induced or ‘robust’ vulnerability” retirado de: Glewwe, P. e Hall, G. (1998). Are some groups more vulnerable to macroeconomic shocks than others? Hypothesis tests based on panel data from Peru, *Journal of Development Economics*, 56,181-206.

⁹ Titulada “Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna”.

¹⁰ Este excerto acaba por ser baseado na informação disponibilizada pelo artigo já referido em cima, “Uma Leitura Territorial da Crise e da Vulnerabilidade Social”.

estudo. As principais causas que poderão levar a situações de vulnerabilidade social estão bem identificadas na Figura 1 apresentada anteriormente. Destaca-se, pela prevalência na sociedade portuguesa, o envelhecimento da população que, para além de ter consequências no que diz respeito à população ativa do país, também está relacionado com o isolamento social que é outra das causas de vulnerabilidade social a enumerar. O nível de escolaridade é também um fator relevante, entrando aqui as políticas públicas na área da educação como formas de combater esta causa. As debilidades que podem surgir do sistema de saúde pública também representam ameaças para o bem-estar social. Também o desemprego é uma temática importante que acaba por influenciar outras causas de vulnerabilidade, como a falta de poder de compra e a exclusão social. Atualmente, com o avanço tecnológico, é mais fácil a desatualização das competências dos indivíduos, o que leva à exclusão do mercado de trabalho de alguns, caindo em fenómenos de desemprego de longa duração.

A vulnerabilidade social que se pretende estudar diz respeito à condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou de sociedades perante os riscos produzidos pelo contexto económico-social. Tomando em consideração um artigo desenvolvido por Matos, et al. (2017), para as ciências sociais e humanas, a vulnerabilidade social refere-se a indivíduos e a grupos sociais que acabam por ser marginalizados dentro de uma sociedade, ou seja, aqueles que são excluídos dos benefícios e direitos que todos deveriam ter num mundo justo e civilizado. Este conceito está, então, relacionado com os processos de exclusão social, pobreza, discriminação e violação dos direitos humanos destes grupos ou indivíduos, tendo em conta o seu nível de rendimento, saúde, educação. Exemplificando, em geral, aqueles que têm empregos são menos propensos à vulnerabilidade e ao risco social do que aqueles que estão desempregados ou cujo salário é insuficiente para responder às suas despesas quer porque trabalham a tempo parcial ou em empregos precários ou informais. Já no caso dos idosos ou inválidos, aqueles que têm pensões de reforma, saúde e apoio familiar estão, em princípio, menos vulneráveis do que aqueles que não beneficiam de apoio social, estão doentes e sozinhos.

Em suma, de acordo com a opinião da maioria dos autores (Silva (2008), Oliveira (2012), Warner, et al. (2007), Sigorro (2018), Jilke (2015), entre outros) as principais causas que podem levar a situações de vulnerabilidade social são o envelhecimento da população, o isolamento social, o nível de escolaridade, a saúde pública, o desemprego, o poder de compra, a exclusão social e o acesso à tecnologia. Para além disto, existem causas

macroeconómicas, como o PIB, o endividamento, o investimento público ou a degradação dos serviços públicos, que influenciam diretamente a causas que poderão levar a situações de vulnerabilidade social.

4- A Previdência Portuguesa (APP)

A Previdência Portuguesa (APP) é uma Associação Mutualista com mais de 90 anos de história sediada em Coimbra, contando atualmente com uma delegação em Santa Maria da Feira. Tendo sido fundada em 1929, a Associação foi pioneira no tipo de soluções que apresenta para melhorar a vida dos seus associados e da sociedade portuguesa em geral. A APP nasceu da necessidade de proteção às famílias e aos indivíduos provocada pelas circunstâncias que envolviam a sociedade portuguesa no início do século XX e que acabaram por se agravar com a crise mundial de 1929. A APP foi constituída por um grupo de médicos, advogados, banqueiros e oficiais do exército, entre outros. De destacar que estes fundadores pertenciam maioritariamente à classe média e que, observando as suas profissões, estes indivíduos eram oriundos do setor terciário ou setor dos serviços.

A Previdência Portuguesa, que conta atualmente com cerca de 6082 associados, gere e presta serviços de complementaridade à Segurança Social aos seus associados e familiares nas áreas da poupança, vida, saúde, educação e apoio social. Para ser associado da APP basta subscrever um dos produtos mutualistas existentes. A maior parte destes produtos (que serão descritos mais à frente) requerem o pagamento de uma quota mensal que é calculada a partir do valor do capital subscrito, isto é, do valor, definido pelo próprio consoante as condições de cada produto, que será entregue ao associado no final do prazo subscrito. Todos os que têm estatuto de associado da APP podem usufruir não só de descontos em diversos estabelecimentos nacionais (no contexto da hotelaria, cultura, saúde ou desporto), como de ter acesso a empréstimos disponibilizados pela APP, onde se incluem empréstimos à habitação. Para além disto, o associado APP passa a ser parte integrante da associação. A APP conta com três órgãos associativos, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, cujos membros são eleitos por voto secreto pelos associados da APP.

Assente em valores apresentados pelo Mutualismo como o associativismo, a solidariedade e o humanismo, bem como em valores como a liberdade (a adesão à APP constitui um ato livre), a igualdade (os associados participam na vida da associação através do voto e são

iguais em direitos e deveres), a responsabilidade (a APP defende uma Responsabilidade Social ativa e trabalha por um futuro sustentável) e a autonomia (concretiza a capacidade de iniciativa e auto-organização dos cidadãos, de uma forma autónoma e independente), A Previdência Portuguesa define como sua missão:

“Garantir benefícios de segurança social, saúde, habitação, ensino, desenvolvimento cultural e qualidade de vida aos Associados, familiares e beneficiários por aqueles designados, através de modalidades individuais e coletivas.”

Com os olhos postos no futuro, a APP tem vindo ao longo dos anos a desenvolver não só novas modalidades de investimento, como também tem apostado na criação de infraestruturas que permitam à instituição contribuir para o bem-estar social. Exemplo disto é a criação de um Jardim de Infância em 1989, que continua a ser um dos pilares da APP. Em 2019, a inauguração da Clínica Previdência Saúde alargou a ação da Associação aos cuidados de saúde. Já, em 2022, foi concluído um processo de aquisição que culminou com a adição de uma Clínica de Medicina do Trabalho ao leque de infraestruturas da APP. Desde 2021 que A Previdência Portuguesa tem vindo a desenvolver um plano de construção de uma Residência Sénior para a terceira-idade.

A APP conta ainda com diversas propriedades de várias tipologias localizadas em cinco concelhos que são destinadas ao arrendamento. Atualmente a taxa de ocupação é elevada, garantindo um retorno financeiro que possibilita levar a cabo a missão Mutualista. O património imobiliário é, assim, uma área vital da APP.

Outra faceta da atuação da Associação é a promoção da arte e da cultura. A Casa da Mutualidade é uma galeria de arte, um espaço de divulgação que acolhe exposições de arte e outras iniciativas culturais. Este espaço é de acesso livre e gratuito.

Com isto percebe-se que a visão apresentada pela APP é abrangente e tem o objetivo de trabalhar em prol não só dos seus associados como também do bem-estar da sociedade em geral. A ação da Associação é cada vez mais alargada a todas as necessidades sociais. A APP define a sua visão como:

“Alcançar a excelência organizacional, constituindo-se como uma mutualidade de referência nacional. Garantir o respeito pelos valores mutualistas de

solidariedade e participação associativa, elevados padrões de responsabilidade, sustentabilidade social e consolidação da Economia Social e do Terceiro Setor.”

É através das suas infraestruturas que A Previdência Portuguesa leva a cabo a sua missão. Estes são os pilares da associação: a sede, onde, para além dos serviços administrativos e do atendimento ao público, se subscrevem os produtos mutualistas que garantem diversos tipos de benefícios de segurança social; a Casa da Mutualidade, local reservado à promoção do mutualismo e da APP, onde é promovida a arte e o desenvolvimento cultural; o Jardim de Infância da APP (JIPP) que desenvolve ensino pré-escolar, creche e berçário; a Clínica Previdência Saúde que disponibiliza serviços médicos de qualidade em diversas especialidades com preços especiais para os associados APP.

Estes pilares e as atividades que os mesmos desenvolvem são importantes para a ação da Previdência Portuguesa no combate à vulnerabilidade social. Tendo em conta os valores do mutualismo a APP tem o objetivo de prevenir situações que possam causar vulnerabilidade social. Como vimos anteriormente, existem diversas causas como é o caso do envelhecimento da população, o isolamento social, o nível de escolaridade, a saúde pública, o desemprego, o poder de compra, a exclusão social e o acesso à tecnologia. Percebemos que, através das suas infraestruturas, a associação está presente nas áreas da saúde e da educação. E os seus produtos mutualistas contêm planos poupança que acabam por ser essenciais para atenuar situações de desemprego ou de falta de poder de compra, planos de poupança juventude que podem ser essenciais para a educação e preveem situações de pauperantes como a morte ou invalidez, garantindo uma compensação aos herdeiros ou legatários.

Os produtos mutualistas disponibilizados pela APP (que se encontram descritos no Apêndice do relatório de estágio) são os seguintes apresentados no Quadro 4.

Necessidade/ Situação Salvaguardada						
	Morte ou Invalidez	Poupança e Morte ou Invalidez	Poupança Jovem	Reforma	Capitalização	Empréstimo
Produtos	Subsídio de Sobrevivência	Subsídio a Prazo com Opções	Plano Poupança-Juventude	Capital Reforma	Poupança Crescente	Reservas Matemáticas
		Subsídio Duplo de Sobrevivência e Prazo	Plano Poupança-Educação	Rendas Vitalícias		Empréstimo à Habitação
		Subsídio a Prazo com Pagamentos Antecipados				
		Capitais Diferidos com Opção				
		Subsídio Periódico com Opções				

Quadro 4: Produtos apresentados pela APP. (elaboração própria)

Como vimos, existem valências cujo seu objetivo é contribuir para o financiamento da APP. O património que a associação detém e rentabiliza a partir de arrendamentos é uma base financeira importante para a associação. Segundo dados retirados do Relatório de Gestão 2020 d'APP, as 23 propriedades têm uma taxa média de ocupação de 90,59% e representam um valor ativo de 12 929 542€. Estes ativos, aliados ao investimento em obras de construção e conservação no valor de 227 173€ em 2020, permitiram que a associação faturasse 647 710€ em rendas em 2020. O outro ponto que ajuda no financiamento da associação é a angariação de associados e a subscrição de produtos mutualistas. Em 2020 verificou-se um aumento de 31 associados em relação a 2019 e de 296 em relação a 2018, registando 6 082 associados. Em 2020 foram realizadas 415 subscrições, 184 em modalidades atuariais e 231 na modalidade de capitalização. A rede de promotores d'APP contribuiu para este crescimento de associados, angariando 131 novos associados e 154 subscrições em 2020.

Nas modalidades atuariais o valor contratualizado foi de 1 250 274€ em 2020, valor abaixo do que foi registado em 2019 (2 000 428€) justificado pel'APP como um efeito da pandemia. Na modalidade de capitalização, “Poupança-Crescente”, entre entregas adicionais, mensalidades e capital resgatado pelos associados, o resultado líquido ascendeu a 529 116€ em 2020. Com isto, o valor faturado em quotizações e joias foi de 1 221 678€ em 2020.

5- Estudo Empírico

Na presente secção é apresentada uma breve caracterização da atividade mutualista na Europa, para depois enquadrar Portugal neste subsetor da Economia Social. Esta caracterização é feita comparando as atividades realizadas pelo subsetor mutualista em diferentes países europeus. Para além disto é apresentada uma comparação entre Portugal e França no que diz respeito ao número de mutualidades existentes e ao número de postos de emprego criado por estas entidades. Nesta secção são caracterizadas as causas que podem levar a situações de vulnerabilidade social que têm sido referidas ao longo do relatório. O objetivo é entender como estas causas podem influenciar a vulnerabilidade social em Portugal. Como objetivo principal deste estudo empírico, é na secção 5.3 que é apresentada a ação da APP no combate a estas causas, tal como soluções que poderiam melhorar a ação da mesma na prevenção das causas de vulnerabilidade social.

5.1- Breve caracterização da atividade mutualista na Europa

O mutualismo atua de diferentes formas consoante o país ou região em questão. Em países em desenvolvimento, as organizações mutualistas apresentam-se habitualmente como associações de voluntariado que reúnem fundos para financiar as necessidades dos seus membros, como serviços de casamentos ou funerais.

A fome, a pobreza, a escassez de água, a falta de condições higiénicas e a falta de fundos para a educação são exemplos concretos de situações de vulnerabilidade social que são comuns nestes países. Por este motivo, não é de estranhar que, existam também mutualidades que trabalham voluntariamente para financiar o fornecimento de condições primárias como o acesso a água ou a construção de estradas em zonas rurais.

Nos países desenvolvidos o mutualismo acaba por assumir um papel diferente, com intervenção em diversos domínios, como se pode observar no Quadro 5.

Áreas de intervenção				
	Seguros	Seguros e Benefícios mútuos	Todos os setores	Mutualismo não reconhecido
Países Europeus	Alemanha	Bélgica	Irlanda	Eslováquia
	Áustria	Chipre	Reino Unido	Estónia
	Bulgária	Espanha		Lituânia
	Dinamarca	França		República Checa
	Eslovénia	Grécia		
	Finlândia	Hungria		
	Letónia	Itália		
	Noruega	Luxemburgo		
	Países Baixos	Malta		
	Polónia	Portugal		
	Roménia			
	Suécia			

Quadro 5: Áreas de intervenção do Mutualismo em países europeus. (elaboração própria)

Fonte: “Mutuals in Europe: Who They are, What they do and Why they matter”, Lieve Lowet, ICODA European Affairs.

Na Europa, as sociedades mutualistas podem operar em diversos mercados competindo com outras instituições. Em países como a Alemanha, a Polónia e a Dinamarca, as mutualidades apenas operam em mercados de seguros. Nestes países o combate do mutualismo a causas que podem levar a situações de vulnerabilidade social acaba por não ser o principal objetivo (apesar de prever e proteger diversas situações como acidentes ou fatalidades que colocam as pessoas em situação de vulnerabilidade ao perderem acesso a rendimentos ou a postos de trabalho, por exemplo), no entanto estas organizações surgem das ideologias do mutualismo, ligadas à solidariedade e à ajuda mútua dos indivíduos. A lógica dos seguros, apesar de ser uma atividade lucrativa, acaba por ser uma repercussão das ajudas mútuas, ou seja, todos contribuem para um “bolo” que depois será utilizado quando algum subscritor tiver prejuízos.

Em outros países, é feita uma distinção entre mutualidades que operam nos seguros e sociedades de benefício mútuo que prestam serviços sociais e atividades relacionadas com os cuidados de saúde, como acontece em Portugal, Espanha, França e Bélgica. As sociedades de benefício mútuo, na teoria, acabam por contribuir para o bem-estar e para melhorar a vida, não só dos associados, mas também da sociedade em geral.

Como vimos, a atuação do mutualismo na Europa acaba por ser diferenciada de país para país e isto torna difícil uma generalização deste subsetor da Economia Social. Mesmo a comparação entre os países acaba por ser feita de forma superficial (como é feito no Quadro 6), visto que o mutualismo se relaciona diretamente com a proteção social estabelecida de diferente forma de país para país e porque as estatísticas não são frequentes e, por vezes, são preparadas com bases distintas.

A título de exemplo podemos ver a diferença que existe entre Portugal e a França em termos de número de mutualidades existentes e de postos de emprego criados, tendo em conta dados de 2016 apresentados no Quadro 6.

Países	Nº de Mutualidades	Mutualidades (Nº) por População (100 000 habitantes)	Peso do Nº de Mutualidades no Nº total de instituições de Economia Social (%)	Nº de Postos de emprego	Postos de emprego por Mutualidade
Portugal	97	0,97	0,13	4 842	49,92
França	7 500	11,4	3,71	156 600	20,88

Quadro 6: Comparação do número de mutualidades entre Portugal e França. (elaboração própria)
Fonte: “Conta Satélite da Economia Social 2016” e “Economie Sociale: Bilan de l’emploi en 2016”

Como se constata, há uma grande disparidade entre o número de mutualidades que atuam em Portugal e em França. Isto poderia ser justificado pela diferença de população que existe nos dois países, no entanto percebemos que em França existem, em média, 11,4 mutualidades por cada 100 mil habitantes e em Portugal este indicador não chega a 1 mutualidade por cada 100 mil habitantes. O peso que o número de mutualidades representa no número total de instituições que atuam no setor da economia social também demonstra a diferença entre os dois países. Com esta informação percebe-se que a importância (em termos de número de mutualidades) que estas organizações representam para a população portuguesa acaba por ser reduzida comparando com o que acontece em França. No entanto, apesar disto, em média, as mutualidades em Portugal criam mais postos de trabalho do que em França.

A abrangência de benefícios que se pretendem atingir neste setor é visível na definição da missão de cada uma das organizações que intervêm no mesmo. Existem associações cujo

objetivo apenas passa por garantir serviços de saúde ou que se especializam em modalidades como o subsídio funerário. Há associações que se destinam apenas para um grupo de atividade, como é o caso da MONAF (uma instituição mutualista portuguesa), cujos associados são apenas farmacêuticos e familiares. Assim, a missão, os produtos apresentados e os serviços prestados acabam por ser diferenciados de associação para associação.

Apesar desta diferenciação, o mutualismo oferece, no seu global, condições para a saúde pública, soluções para combater o isolamento (como lares de idosos e universidades sénior), infraestruturas de ensino, soluções de poupança que acabam por influenciar o poder de compra, soluções económicas que preveem difíceis situações financeiras e soluções para situações de pauperantes como a morte ou invalidez.

5.2- Avaliação do potencial de vulnerabilidade da população portuguesa

Há características contextuais que, estruturalmente ou conjunturalmente, configuram fatores de vulnerabilidade. Nesta secção são apresentadas causas que podem levar a situações de vulnerabilidade social e que foram identificadas ao longo do relatório. O objetivo é perceber a evolução que estas têm tido ao longo dos últimos anos para entendermos em que medida estas podem contribuir para situações de vulnerabilidade social em Portugal. Sempre que possível são apresentados dados da região de Coimbra sobre estas causas, com o objetivo de comparar a principal área de intervenção da APP com a média do país em termos destes indicadores. Neste sentido, é importante perceber a evolução de fatores como o envelhecimento da população, o isolamento social, o nível de escolaridade, a saúde pública, o desemprego, o poder de compra e a exclusão social.

No caso do envelhecimento da população, esta acaba por ser uma causa natural, no entanto podem sempre existir medidas que promovam a natalidade e que façam com que este indicador seja mais favorável. Para se ter uma noção, o índice de envelhecimento representa o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Quando este valor é inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.

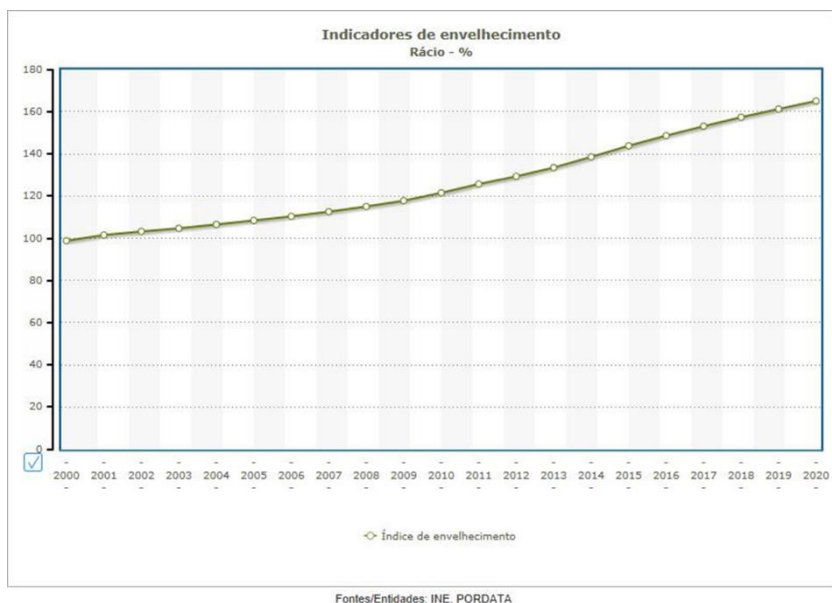


Gráfico 1: Índice de Envelhecimento
Fonte: PORDATA

Ora como podemos ver pelo Gráfico 1, desde 2000 que este índice é sempre superior a 100 e vai crescendo ao longo dos anos. Em 2020 este índice é 165,1. Isto mostra que o envelhecimento da população portuguesa tem sido progressivo. Segundo dados da PORDATA, em 2020, o índice de envelhecimento na região de Coimbra foi de 218,8, ou seja, um valor bem superior ao registado na média do país no mesmo ano. Isto mostra que a zona de Coimbra é uma região que tem uma grande contribuição para o agravamento deste indicador a nível nacional. Ainda que o mutualismo não consiga intervir diretamente sobre este fenómeno, pode ajudar a mitigar algumas das suas consequências.

Em relação ao isolamento social, esta causa está relacionada com diversas situações. O próprio envelhecimento da população contribui para o aumento do isolamento social, tal como a atual crise pandémica, que veio afetar ainda mais este problema. Segundo dados da Operação Censos Sénior 2020, levada a cabo pela GNR, o isolamento é uma realidade que atinge mais de 42 mil idosos em Portugal quer nos meios rurais, como em meios urbanos. Em Coimbra existem 1 334 idosos nestas condições.

O baixo nível de escolaridade acaba, também, por ser uma das causas que pode levar a situações de vulnerabilidade social. A educação é um fator importante para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Em Portugal, o nível de escolaridade tem vindo a aumentar e, segundo o Censos 2021, cresceu quer a população com ensino secundário, quer os residentes com cursos superiores.

As deficiências na saúde pública podem igualmente traduzir-se facilmente em fragilidades sociais. O tema da saúde pública tem estado em foco nos últimos anos, devido à pandemia Covid-19. Muitas falhas foram apontadas ao Sistema Nacional de Saúde (SNS), que viu muitas das suas fragilidades expostas, e de que são exemplo os tempos de espera no sistema público de saúde. Em suma, quantas mais soluções eficientes de saúde existirem e se estas forem disponibilizadas a toda a população, menores serão as fragilidades expostas por esta causa.

A condição de desemprego é considerada uma causa de vulnerabilidade social pois implica que um indivíduo não receba qualquer retorno salarial. Esta situação acaba por ser, dentro do possível, atenuada pela ação da Segurança Social através do subsídio de desemprego, no entanto esta não é a solução ideal.

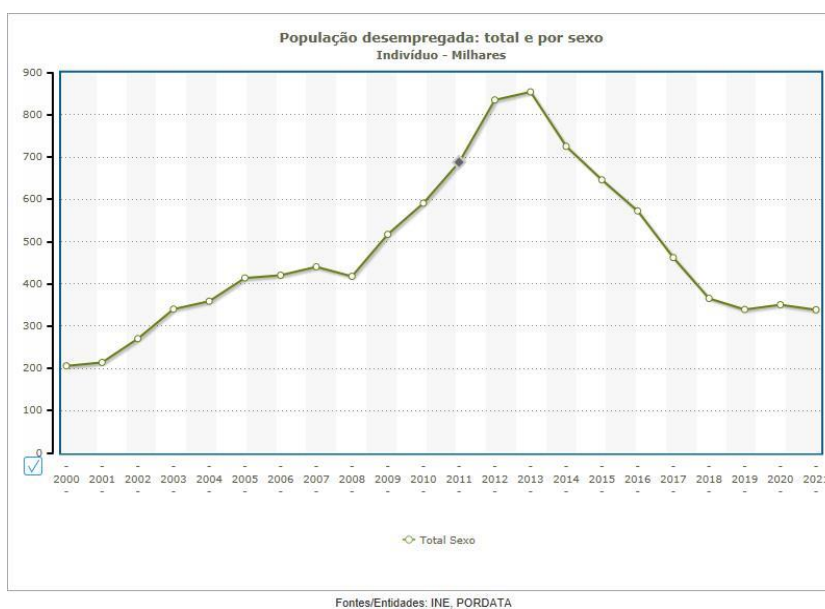


Gráfico 2: População desempregada em Portugal
Fonte: PORDATA

Portugal conseguiu recuperar da situação de desemprego massivo que ocorreu durante as crises financeiras de 2008 e 2012, e atualmente os níveis de desemprego encontram-se controlados. De destacar que com a pandemia de Covid-19, os valores de desemprego aumentaram em 2020, no entanto, em 2021, este valor já voltou ao registado em 2019. Segundo o Gráfico 2: 339,5 milhares de desempregados em 2019, 350,8 milhares de desempregados em 2020 e 338,8 milhares de desempregados em 2021. Segundo dados da PORDATA, em 2021, na zona centro registaram-se 64 milhares de desempregados, ou seja, cerca de 19% do total dos desempregados registados em Portugal neste ano.

O poder de compra pode igualmente traduzir-se numa causa de vulnerabilidade social. Quanto maior a capacidade financeira de uma família, menor será a exposição desta a situações de vulnerabilidade social. Com isto, esta causa está diretamente relacionada com outras que já foram identificadas, como a exclusão social e até mesmo o emprego. A falta de poder de compra pode estar relacionada com o aumento do desemprego e, por outro lado, pode aumentar a exclusão social e o risco de pobreza em Portugal.

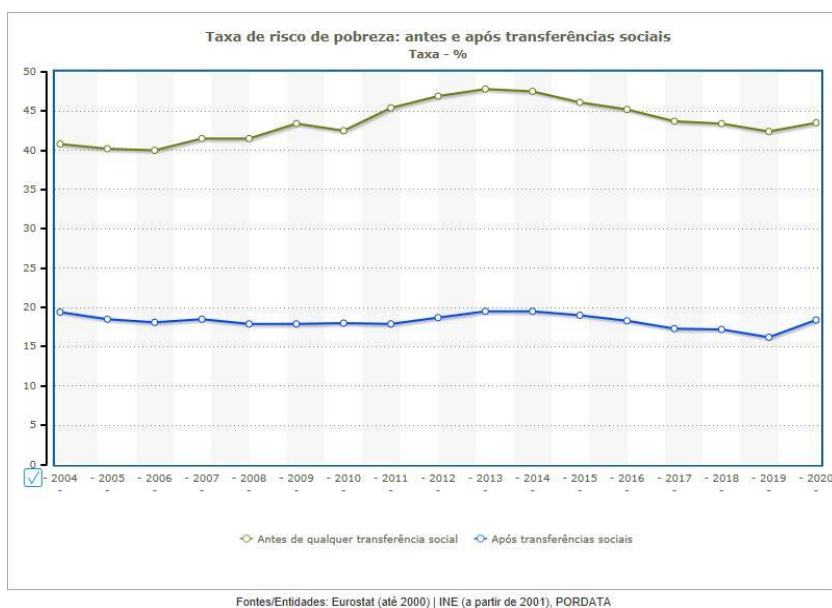


Gráfico 3: População em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal.
Fonte: PORDATA

A exclusão social é um indicador que está associado ao surgimento de vulnerabilidades na sociedade. Como é perceptível no Gráfico 3, em Portugal, a diferença entre a taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social e esta taxa após transferências social é bastante significativa. Desde 2004 que todas as taxas de risco de pobreza antes de qualquer transferência social se encontram acima dos 40%, enquanto estas taxa depois de transferências sociais se encontram sempre abaixo dos 20%. Isto mostra a extrema importância que esses apoios sociais e a atuação de entidades (como as mútuas) podem ter no combate à exclusão. De destacar um aumento significativo das taxas apresentadas de 2019 para 2020, quebrando uma diminuição das taxas que vinha a ser hábito desde 2014. O combate a estas situações deve ser levado a cabo de forma séria de modo a diminuir este risco e atenuar as consequências do mesmo.

De seguida procura-se analisar como a atividade mutualista, concretizando com o caso da APP, pode atuar sobre os fenómenos de vulnerabilidade, seja na prevenção das suas causas, seja na mitigação dos seus efeitos.

5.3- A intervenção da APP sobre a Vulnerabilidade Social

Como vimos na Secção 5.1 e tendo em conta as estatísticas apresentadas na Secção 2, em Portugal, o mutualismo não tem grande peso no setor da Economia Social e muito menos na economia nacional. Não obstante, isso não retira relevância às missões das associações mutualistas, por exemplo através do desenvolvimento de projetos que possam atenuar situações que fragilizem a vida dos associados e da população em geral. A atuação destas instituições pode ser importante, por exemplo, na luta pela proteção social e por benefícios nos cuidados de saúde.

Usa-se aqui o caso da Previdência Portuguesa para o demonstrar.

Primeiro tem de se perceber como a APP financia as suas atividades. Quanto mais fundos a associação tiver maiores serão as possibilidades de fazer a diferença no bem-estar dos associados e da sociedade, em geral. Como vimos na Secção 4 ao apresentar a APP foram referidas as atividades que acabam por financiar a ação da associação. O património a partir dos arrendamentos cria uma boa base financeira. E a angariação de associados e de novas subscrições de produtos mutualistas também é importante para as contas da APP. Com isto, a APP acaba por deter fundos importantes para financiar as suas atividades.

A partir deste financiamento, a ação da APP passa por beneficiar os seus associados com os produtos mutualistas contratualizados, garantir cuidados de saúde em diversas especialidades através da Clínica Previdência Saúde, contribuir para o desenvolvimento cultural na Casa da Mutualidade, desenvolver atividade na área da educação com o Jardim de Infância e desenvolver diversos projetos para promover o bem-estar social. Fazendo um paralelismo com as causas que podem levar a situações de vulnerabilidade social identificadas anteriormente, a Previdência Portuguesa consegue atuar nesses parâmetros.

Com os produtos mutualistas disponíveis, os associados satisfazem diversas necessidades. A poupança acaba por ser uma necessidade satisfeita pela generalidade dos produtos apresentados. Consoante as condições de cada produto, a poupança pode ser direcionada para investimentos futuros como os gastos na formação dos jovens ou para reforçar as condições financeiras durante a reforma, assim os produtos acabam por se adaptar a

necessidades específicas dos associados. A prevenção financeira para casos de pauperantes como a morte ou invalidez também é assegurada por estes produtos. Em 2020 o total dos valores vencidos, ou seja, o valor a pagar aos associados foi de 688 348€, distribuídos por vencimentos de capitais, isto é, valores subscritos (670 656€) e melhorias (17 691€). Com isto percebe-se que a prevenção de situações como o desemprego pode ser feita a partir da subscrição destes produtos, o investimento nos mesmos também pode garantir o aumento do poder de compra de uma família num investimento futuro. Exemplificando, estes produtos podem por exemplo servir de “mealheiro” para um investimento na educação, contribuindo assim indiretamente para o nível de escolaridade.

A Clínica Previdência Saúde proporciona uma resposta na prestação de cuidados de saúde, contribuindo para a qualidade de vida dos seus associados. Em 2020 foram realizadas 2 261 consultas em 17 áreas clínicas. A clínica pretende contribuir para a saúde pública na região de Coimbra. Apesar de serem serviços pagos, os associados APP têm descontos no acesso a consultas e existem planos exclusivos da clínica que, em 2020, apresentaram 319 associados aderentes. Seria impossível disponibilizar serviços médicos gratuitos, no entanto a intenção de melhorar a vida dos associados e da sociedade, em geral, expressa-se no resultado anual líquido que a clínica tem apresentado ao longo dos anos e no desenvolvimento de projetos de saúde como os rastreios gratuitos.

O Jardim de Infância A Previdência Portuguesa (JIPP) é uma infraestrutura importante para a associação- Desenvolve a sua atividade na área da educação para crianças entre os 4 meses e os 5 anos. Em 2020 esta infraestrutura contou com 121 utentes, apresentando assim uma taxa de ocupação de 100%. Tal como na clínica, o acesso a esta infraestrutura é pago, mas com os associados APP a contar com descontos na mensalidade. O JIPP desenvolve vários projetos com as crianças de modo a contribuir da melhor forma para a sua educação. De certa forma, o JIPP acaba por contribuir para o incentivo à natalidade. Apesar desta ser uma causa natural, o JIPP pode fazer parte do aumento de soluções na cidade de Coimbra como incentivo à natalidade, sendo este um projeto interessante de enfrentar em cooperação com as administrações públicas da cidade.

O projeto, já aprovado, para a criação de uma Residência Sénior irá alargar a ação d’APP para a resolução de problemas sociais diretamente ligados aos idosos. O isolamento social é um desses problemas e decerto que a criação desta infraestrutura terá um impacto positivo em relação a esta problemática na região de Coimbra.

O desenvolvimento de diversos projetos pontuais também não pode ser esquecido. Ao longo dos anos, a APP tem realizado atividade de ordem cultural, social e cívica. Neste ponto, a Casa da Mutualidade é uma infraestrutura importante para a divulgação e desenvolvimento cultural. Há a destacar certos projetos desenvolvidos como uma ação de limpeza da praia de Maceda levada a cabo pela associação em 2021, que contribuiu para a formação cívica dos participantes e, fazendo um paralelismo com as vulnerabilidades estudadas, contribuindo de certa forma para atenuar a causa de vulnerabilidade ambiental que é a poluição. De destacar ainda a doação de 5 toneladas de arroz produzido na região de Coimbra ao Banco Alimentar de Coimbra em dezembro de 2021, contribuindo para atenuar a pobreza e, ao mesmo tempo, neste caso, apoiar os agricultores da região.

O Quadro 7 sintetiza os dados apresentados anteriormente.

Valências/ Atividades da APP					
	Produtos Mutualistas	Clínica de Saúde	JIPP	Residência Sénior (projeto futuro)	Projetos e Casa da Mutualidade
Causas de Vulnerabilidade combatidas	Falta de poder de compra	Deficiências na Saúde Pública	Lacunas na Educação	Isolamento Social	Problemas Ambientais
	Desemprego		Baixa taxa de natalidade		Pobreza e Exclusão Social
	Falta de fundos para educação				

Quadro 7: Síntese do combate a causas de vulnerabilidades por parte da APP, através das suas valências e atividades. (elaboração própria)

Com estas valências e atividades A Previdência Portuguesa consegue atenuar algumas das causas que podem levar a situações de vulnerabilidade social, ao mesmo tempo que combate alguns dos seus efeitos. No entanto há sempre espaço para melhoria. O mutualismo deve evoluir e acompanhar os problemas atuais da sociedade. Ao longo dos anos a APP foi

atualizando e desenvolvendo os seus produtos e as suas valências, no entanto existem condições para que a associação alargue a sua ação. O desenvolvimento de mais projetos sociais, projetos que promovam a inclusão social, pode dinamizar a atividade da associação e ajudar a cidade de Coimbra. Estabelecer parcerias em projetos de ação social, por exemplo com o departamento de ação social da Câmara Municipal de Coimbra. Desenvolver ações de sensibilidade ambiental de modo a contribuir para a formação da sociedade e, até, aplicar medidas que protejam o ambiente no dia-a-dia da associação e dos seus trabalhadores. A solidariedade é um ponto que pode ser importante para a APP, o investimento neste tipo de ação só trará proveitos quer para a sociedade quer para a própria associação. Contribuir regularmente para a luta contra a fome, em parceria com o Banco Alimentar de Coimbra ou interagindo com diversas instituições que atuam diariamente nesta luta em Coimbra. Sendo uma instituição sem fins lucrativos, a APP pode perfeitamente fazer a diferença. Os capitais disponíveis no fim de exercício normalmente são distribuídos pelos associados através de melhorias, no entanto estes também podem ser encaminhados para estas ações, favorecendo a sociedade e a própria APP.

6- Descrição do Estágio

A Associação Mutualista – A Previdência Portuguesa (APP) foi a entidade que acolheu o meu estágio curricular. Durante cerca de três meses, 560 horas, estive em contacto direto com uma área que até então desconhecia. Desde o primeiro minuto que o mutualismo me despertou curiosidade e foi isto que acabou por impulsionar o estudo realizado ao longo deste relatório de estágio. O verdadeiro desafio foi conseguir conjugar os conhecimentos e aprendizagem adquiridos ao longo da Licenciatura em Economia e da parte letiva do Mestrado em Economia com o trabalho desenvolvido numa área nova para mim. O estudo e a aprendizagem sobre o mutualismo e sobre as atividades desenvolvidas pela APP foram importantes para me ambientar à associação. Para isto, tive acesso a toda a informação necessária, a formações sobre a atividade da APP e contei com a ajuda de vários colaboradores da APP, o que foi indispensável para a minha integração.

A meu pedido, as tarefas realizadas durante o estágio curricular foram para além das áreas administrativa e financeira. Acabei assim também por alargar os meus conhecimentos na área do marketing e gestão de recursos humanos. Ajudei na gestão dos vários departamentos presentes no dia-a-dia da APP. Em suma, o meu objetivo passou por contribuir para o

desenvolvimento da APP através duma diversidade de tarefas, com grau de complexidade e de importância diferentes. Desenvolvi uma análise à concorrência, de modo a estudar e perceber o mercado, onde reuni os vários produtos e serviços apresentados pelos principais intervenientes no mutualismo. Esta análise permitiu enumerar uma serie de vantagens que a APP pode ter em relação aos seus concorrentes e perceber alguns pontos a melhorar para aumentar a sua competitividade.

Para além destes estudos de mercado, desenvolvi tarefas a partir dos balanços contabilísticos apresentados pela APP. Para além de uma análise aos resultados mensais, acabei por criar uma ferramenta em Excel que permite, ao introduzir os dados mensalmente, comparar os resultados obtidos pela APP quer a nível mensal, quer comparando os dados de 2021 com os resultados homólogos de 2020 e 2019. Esta análise incluía ainda a divisão de resultados pelas diferentes infraestruturas da APP, a sede, o jardim de infância e a clínica.

No início de 2022, a APP concluiu um processo de aquisição de uma clínica de medicina do trabalho. Para este processo foi importante a realização de um plano de negócios que incluísse não só os detalhes sobre a empresa a adquirir, mas também os objetivos estratégicos deste negócio e uma análise que permitisse à APP perceber como agir neste mercado, o que foi conseguido com uma análise SWOT.

Na área do marketing ajudei na gestão das redes sociais e na organização dos leads do Facebook, um instrumento importante para a comunicação com potenciais interessados nos serviços da APP. Acabei por estar diversas vezes presente na Casa da Mutualidade, galeria de arte, e ajudei na realização da revista oficial da APP, a Solidar. Para além disto contribuir para o desenvolvimento de campanhas futuras com o objetivo de promover da melhor forma os produtos e serviços disponibilizados pela APP e de angariar associados para a associação.

Tive contacto com o processo de arrendamento de propriedades realizado pela APP e que é uma valência importante para a associação, respondendo a uma proposta de alteração de condições de arrendamento, o que necessitou do cálculo de simulações para perceber se a APP iria obter mais valias desta alteração e da realização de uma contraproposta que satisfizesse as necessidades da APP.

Com o objetivo de alargar a sua atividade para todo o país, a APP possui uma rede de promotores que atuam em diversos pontos do território nacional. Com isto, ajudei no estabelecimento de objetivos a cumprir no futuro em relação a esta valência da APP. Um estudo geral sobre cada concelho seccionado para o alargamento da rede de promotores,

permitiu a definição do número de promotores por concelho, o número de associados a angariar e um limite mínimo para o capital angariado por concelho.

De entre outras tarefas realizadas, que acabaram por ser menos complexas, no entanto com igual importância para o dia-a-dia da APP, destaco: a organização do banco de horas dos trabalhadores durante o período do estágio, o registo do investimento realizado nos equipamentos informáticos da associação, ajuda na emissão de faturas e a realização do inventário de final de ano (2021) relativo ao jardim de infância.

Ao longo do estágio fui realizando um relatório de análise macroeconómica com o objetivo de dar uma visão global da evolução do país, o que pode ser importante para a tomada de decisões da APP. No relatório foram requeridas diversas competências adquiridas durante a minha formação como o estudo de indicadores macroeconómicos, por exemplo. Foram também incluídos indicadores relacionados com a área de atividade da APP, como estatísticas sobre a proteção social no país.

O estágio curricular contribuiu positivamente para a minha formação. Para além da aprendizagem em diversas áreas e da sistematização de conhecimentos adquiridos durante a minha formação, o contacto com o meio laboral foi um objetivo realizado. Na minha opinião, acabei por contribuir positivamente para a APP, através das tarefas desenvolvidas ao longo do estágio.

7- Conclusão

Após o estágio curricular realizado na associação mutualista – A Previdência Portuguesa, que permitiu familiarizar-me com o mutualismo, e com um estudo alargado sobre o setor da Economia Social e sobre o mutualismo foi possível realizar o presente relatório de estágio, cujo objetivo foi analisar a capacidade que o mutualismo apresenta para responder a fragilidades da população e o papel decisivo que pode desempenhar na prevenção de causas que podem levar a situações de vulnerabilidade social.

A análise do conceito de vulnerabilidade foi importante para conhecer as suas diferentes dimensões e, essencialmente, para entender as causas que levam a situações de vulnerabilidade social. Acabaram por ser identificadas várias causas como o envelhecimento da população, o isolamento social, o nível de escolaridade, a saúde pública, o desemprego,

o poder de compra e a exclusão social. A partir destas foi realizado o estudo para perceber se o mutualismo em Portugal pode ter realmente impacto no combate à vulnerabilidade social. Já que a generalização da ação do mutualismo pela Europa acaba por ser condicionada pelas diferentes áreas de intervenção onde este atua. Por exemplo, em países como a Alemanha, a Polónia e a Dinamarca, as mutualidades apenas operam em mercados de seguros. Já em Portugal, Espanha e França as mutualidades são, também, sociedades de benefícios mútuos.

É possível concluir que a missão do mutualismo em Portugal passa por completar e colmatar as falhas e limitações dos sistemas públicos de proteção social e das respostas das entidades privadas com fins lucrativos e por desenvolver soluções adequadas às necessidades dos cidadãos. A partir de uma ação integrada e solidária do conjunto dos cidadãos, as associações mutualistas garantem benefícios de proteção social, saúde, educação e qualidade de vida, melhorando por exemplo o poder de compra dos associados. Conclui-se assim que o mutualismo tem um papel importante na prevenção de causas que podem levar a situações de vulnerabilidade, apesar deste subsector não ter uma grande expressão na economia nacional.

A APP apresenta-se com um papel preventivo, atuando, a partir das suas valências, sobre as causas de vulnerabilidade. Não é fácil, em termos estatísticos, perceber o impacto da ação da APP no combate a estas causas, no entanto é perceptível que a sua ação abrange diversas áreas carenciadas. Através das suas principais valências – os produtos mutualistas disponibilizados, a Clínica de Saúde, o Jardim de infância – a APP combate causas que podem levar a situações de vulnerabilidade social como a falta de poder de compra, as deficiências na saúde pública e as lacunas na educação.

Decerto que mais financiamentos e cooperações com instituições públicas de segurança social, por exemplo, poderiam permitir uma maior visibilidade da associação, e o papel da APP poderia sair reforçado, tal como a própria importância desta instituição para a sociedade em geral.

Através do estágio curricular e da realização deste relatório de estágio pude desenvolver vários temas até então desconhecidos para mim e pôr em prática diversos conhecimentos adquiridos quer durante a Licenciatura em Economia, quer no presente Mestrado. Com isto, a importância deste estágio para meu desenvolvimento profissional e pessoal é indiscutível.

8- Lista de referências bibliográficas fundamentais

Beck, U. (2000). “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva”. In: U. Beck, U; a. Giddens; s. Lasch, (Eds.), “Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna”, (pp.1-51). Oeiras: Celta Editora.

CASES (2019). “Guia prático da Economia Social”. Projeto YES.

CASES e INE (2018). “Inquérito ao Setor da economia social 2018”. Coleção de estudos de Economia Social nº12.

CASES e INE (2019). “Conta Satélite da Economia Social 2016”.

European Parliament (2011). “The role of mutual societies in the 21st century”. Directorate general for internal policies. Policy department A: Economic and Scientific policy.

Financial Conduct Authority (2015). Consumer vulnerability. Occasional Paper No, 8.

Frémeaux, Philippe (2013). “La nouvelle alternative? Enquête sur l'économie sociale et solidaire”. Paris, Les petits matins/Alternatives Économiques.

Garrido, Álvaro (2016). “Uma História da Economia Social”. <https://static.fnac-static.com/multimedia/PT/pdf/9789896713003.pdf>

Glewwe, P. e Hall, G. (1998). “Are some groups more vulnerable to macroeconomic shocks than others? Hypothesis tests based on panel data from Peru”, Journal of Development Economics, 56, 181-206.

Guimarães, Gonçalo (2020). “Mutualism in Europe: Characteristics and Purposes – case studies in Portugal, France and Spain”. ISCTE.

Jilke, S. (2015). Choice and equality: are vulnerable citizens worse off after liberalization reforms? Public Administration, 93 (1), 68-85.

Lowet, Lieve (2012). “Mutuals in Europe: Who They are, What they do and Why they matter”. ICODA European Affairs.

MATOS, Fátima L.; MARQUES, Teresa S.; RIBEIRO, Diogo; MAIA, Ana C.O. (2017). “Uma leitura territorial da crise e vulnerabilidade social, The Overarching Issues of the European Space: Society, Economy and Heritage in a Scenario”. Porto: FLUP, pp. 67-89

Monzon, J.L. & Chaves, R. (2012). “THE SOCIAL ECONOMY IN THE EUROPEAN UNION”. European Economic and Social Committee. https://www.researchgate.net/publication/238713123_The_Social_Economy_in_the_European_Union]

Oliveira, Ilda Helena Martins (2012). “ECONOMIA SOCIAL, PILAR DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL”. Instituto Politécnico do Porto.

PANTEIA (2012). “Study on the current situation and prospects of mutuals in Europe”. Comissão Europeia

Pereira, Joana Dias e Henriques, Rui (2021). “Origens do Mutualismo em Portugal”. Mutualidades portuguesas. https://mutualismo.pt/anexos/LivroTOTAL_DivulgacaoWeb.pdf

Pitacas, José Alberto Pereira (2009). “Utilidade social e Eficiência no Mutualismo”. Website: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1580/1/JAP_TeseMestrado.pdf

Righetto, Guilherme Goulart; Vitorino, Elizete Vieira; Muriel-Torrado, Enrique (2018). “COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: conexões possíveis”.

Roseira, Maria de Belém (2017). “Mutualismo e saúde”. Jornal de Negócios, Opinião (27 de setembro de 2017). Economia Social.

Schumann, Livia (2014). “A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético”. Universidade de Brasília.

Sigorro, Mafalda Miranda Madeira de Gomes (2018). “A definição de um índice de vulnerabilidade para a priorização de projetos e políticas públicas em Portugal”. Técnico Lisboa.

Silva, Manuela (2008). “A Economia Social e o Futuro da Economia”. Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa.

WARNER, K. (2007). “Perspectives on Social Vulnerability”. Source n. 6.

9- Apêndice

Os produtos mutualistas disponibilizados pel'APP são os seguintes:

- Subsídio de Sobrevivência
 - Necessidade/Situação salvaguardada: Morte ou Invalidez
 - Idade do subscritor: 3 – 60 anos; Subscrição: 1 500€ - 40 000€
 - Beneficiário: Legatários ou Herdeiros
 - Recebimento: Morte do Subscritor
- Subsídio a Prazo com Opções
 - Necessidade/Situação salvaguardada: Poupança e Morte
 - Idade do subscritor: 3 – 60 anos; Subscrição: 1 500€ - 40 000€
 - Beneficiário: Subscritor, Legatários ou Herdeiros
 - Recebimento: 15, 20, 25 anos após subscrição ou Morte do Subscritor
- Subsídio Duplo de Sobrevivência e Prazo
 - Necessidade/Situação salvaguardada: Poupança e Morte
 - Idade do subscritor: 3 – 60 anos; Subscrição: 1 500€ - 40 000€
 - Beneficiário: Subscritor, Legatários ou Herdeiros
 - Recebimento: 15, 20, 25 anos após subscrição ou Morte do Subscritor
- Subsídio a Prazo com Pagamentos Antecipados
 - Necessidade/Situação salvaguardada: Poupança e Morte
 - Idade do subscritor: 3 – 60 anos; Subscrição: 1 500€ - 40 000€
 - Beneficiário: Subscritor, Legatários ou Herdeiros
 - Recebimento: 15, 18, 21, 24, 27, 30 anos após subscrição ou Morte do Subscritor
- Capitais Diferidos com Opção
 - Necessidade/Situação salvaguardada: Poupança e Morte
 - Idade do subscritor: 3 – 60 anos; Subscrição: 1 500€ - 40 000€
 - Beneficiário: Subscritor, Legatários ou Herdeiros
 - Recebimento: 15, 20 anos após subscrição ou Morte do Subscritor
- Subsídio Periódico com Opções
 - Necessidade/Situação salvaguardada: Poupança e Morte ou Invalidez
 - Idade do subscritor: 14 – 60 anos; Subscrição: 1 500€ - 40 000€
 - Beneficiário: Subscritor, Legatários ou Herdeiros
 - Recebimento: 15, 20, 25 anos após subscrição ou Morte do Subscritor

- Plano Poupança-Juventude
 - Necessidade: Poupança Jovem
 - Idade do subscritor: 14 – 60 anos; Subscrição: 1 500€ - 40 000€
 - Beneficiário: Jovem (> =5 anos)
 - Recebimento: Quando o Beneficiário fizer 18, 21 ou 25 anos
- Plano Poupança-Educação
 - Necessidade: Poupança Jovem
 - Idade do subscritor: 14 – 60 Anos; Subscrição: 200€ - 3 000€
 - Beneficiário: Jovem (< =13 anos)
 - Recebimento: Quando o Beneficiário fizer 18 anos
- Capital Reforma
 - Necessidade/Situação salvaguardada: Reforma
 - Idade do subscritor: 3 – 60 anos; Subscrição: 1 500€ - 40 000€
 - Beneficiário: Subscritor, Legatários ou Herdeiros
 - Recebimento: Quando o Subscritor fizer 55, 60, 65 ou 70 anos ou Morte do Subscritor
- Rendas Vitalícias
 - Necessidade: Renda Vitalícia (mediante a entrega de um valor em numerário, imóveis ou títulos de crédito, será atribuída uma renda mensal e vitalícia proporcional ao valor entregue)
 - Idade mínima do subscritor: 40 anos
 - Beneficiário: Subscritor
 - Recebimento: Recebimento até à Morte
- Poupança Crescente (modalidade de capitalização)
 - Idade do subscritor: 3 – 80 anos; Subscrição: 5€/mês – 12 000€/mês
 - Taxa de juro = Taxa de certificado de aforro acrescida de até 30%
 - Possibilidade de levantamento após 1 ano da subscrição

Para além destes produtos, A Previdência Portuguesa apresenta soluções de empréstimos que podem ser contraídos pelos seus associados:

- Reservas Matemáticas
 - Ser associado da APP há pelo menos 3 anos em que tenham sido pagas pelo menos 36 contas mensais

- Valor do empréstimo: 80% das reservas matemáticas que são calculadas a partir do capital que o subscritor tem investido na Associação
- Reembolso no máximo em 24 meses
- Empréstimo à Habitação
 - Empréstimo destina-se apenas à habitação própria
 - Limite máximo de 150 000€
 - Prazo de concessão é de 480 meses
 - Taxa de juro corresponde à taxa EURIBOR a 6 meses, acrescida de um spread de 3,75%